



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito da Insolvência I Mestrado Profissionalizante

Unidade curricular

Direito da Insolvência I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Francisco Mendes Correia – 2 horas por semana

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O curso de Direito da Insolvência I visa dotar os alunos de conhecimentos introdutórios do Direito da Insolvência português, através de uma primeira abordagem aos principais conceitos utilizados neste ramo de Direito, às principais fases do processo e às principais questões que se suscitam neste contexto. Partindo de um enquadramento do Direito da Insolvência como Direito privado, pretende-se também dotar os alunos dos conhecimentos que lhes permitam estabelecer as relações entre matérias já dominadas – como o Direito das Obrigações e o Direito Comercial – e as matérias de Direito da Insolvência. Assim, a par do tratamento das várias fases do processo de insolvência, serão aprofundados os conhecimentos nas principais questões de direito material, como os efeitos da insolvência nos negócios em curso, ou a resolução em benefício da massa. Por último, neste curso de Direito da Insolvência I pretende-se apresentar aos alunos algumas questões com especial relevância prática, como o processo especial de revitalização ou o Regulamento (CE) n.º 1346/2000, relativo aos processos de insolvência com dimensão internacional.

Conteúdos programáticos

1. Introdução ao Direito da Insolvência
 - a. O Direito da insolvência: uma primeira apresentação
 - b. O processo de insolvência: características essenciais
 - c. Conceitos introdutórios
 - i. Intervenientes no processo
 1. Sujeitos passivos da declaração de insolvência
 2. Órgãos da insolvência
 - ii. Massa insolvente
 - iii. Classificação dos créditos
 - d. O Direito da insolvência como Direito privado: em especial, as relações com o Direito das Obrigações e com o Direito Processual Executivo
2. A situação de insolvência e pedido de declaração de insolvência
 - a. Situação de insolvência
 - b. Pedido de declaração
 - c. Tramitação subsequente
3. A declaração de insolvência
 - a. Declaração de insolvência
 - b. Impugnação da declaração de insolvência
 - c. Efeitos da declaração de insolvência
4. A resolução em benefício da massa insolvente
5. A reclamação e verificação de créditos
6. A restituição e separação de bens



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. A administração e liquidação da massa insolvente
 - a. Liquidação
 - b. Pagamento aos credores
 - c. Incidentes de qualificação
8. O plano de insolvência
9. Encerramento do processo
10. A insolvência de pessoas singulares: aspectos específicos
11. O Processo Especial de Revitalização
12. O SIREVE
13. O Regulamento (CE) n.º 1346/2000 e as insolvências internacionais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos que pretendem transmitir-se aos alunos partem dos conceitos básicos e de uma descrição geral das principais fases do processo de insolvência para depois aprofundar as principais questões de Direito privado que este ramo de Direito convoca. Visa-se assim demonstrar a continuidade entre muitas questões já discutidas em cadeiras de licenciatura (Direito das Obrigações, Direito Comercial, Direito Processual Executivo) e os conteúdos do Direito da insolvência, na sua vertente material.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Será adoptada uma metodologia teórico-prática ao longo do curso. Em cada aula, além do método expositivo clássico, os alunos serão convidados a participar através da apresentação de jurisprudência relevante em relação aos temas em análise. Em paralelo, os alunos deverão formar grupos para participar numa simulação, em que cada equipa deverá preparar uma peça processual de defesa dos interesses de intervenientes de um processo de insolvência, com base em factos de um caso preparado especialmente para o efeito.

A avaliação do curso de Direito da Insolvência I resulta assim da ponderação das seguintes componentes:

1. Avaliação contínua: 30%
2. Simulação processual: 20%
3. Exame escrito final: 50%

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A abordagem teórico-prática proposta adequa-se aos objectivos de aprendizagem acima traçados. A exposição teórica das principais fases e das principais questões jurídicas em matéria de Direito da Insolvência permite a aquisição de conhecimentos num primeiro nível introdutório, que serão depois aprofundados através da discussão de jurisprudência durante as aulas, assim como da análise das questões convocadas pela simulação de um processo de insolvência, com base num caso preparado especialmente para o efeito.

Bibliografia principal

Obras principais:

Maria do Rosário Epifânio, *Manual de Direito da Insolvência*, 2014, 6.ª ed., Almedina, Coimbra
Luís Carvalho Fernandes/João Labareda, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2013, 2.ª ed., Quid Juris, Lisboa;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Luís Menezes Leitão, *Direito da Insolvência*, 2015, 6.ª ed., Almedina, Coimbra;
Alexandre de Soveral Martins, *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2015, Almedina, Coimbra;
Catarina Serra, *O Regime Português da Insolvência*, 2012, Almedina, Coimbra;

Obras colectivas:

AAVV, *I Congresso de Direito da Insolvência*, Catarina Serra (Coord.), 2013, Almedina, Coimbra;
AAVV, *II Congresso de Direito da Insolvência*, Catarina Serra (Coord.), 2014, Almedina, Coimbra;
Luís Carvalho Fernandes/João Labareda, *Colectânea de Estudos sobre a Insolvência*, 2009, Quid Juris, Lisboa;

Monografias:

Maria do Rosário Epifânio, *O Processo Especial de Revitalização*, 2015, Almedina, Coimbra;
Fernando de Gravato Morais, *Resolução em Benefício da Massa Insolvente*, 2008, Almedina, Coimbra;
Pedro Pidwell, *O Processo de Insolvência e a Recuperação da Sociedade Comercial de Responsabilidade Limitada*, 2011, Coimbra Editora, Coimbra;
Madalena Perestrelo de Oliveira, *Limites da Autonomia dos Credores na Recuperação da Empresa Insolvente*, 2013, Almedina, Coimbra;
Catarina Serra, *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*, 2009, Coimbra Editora, Coimbra;
Catarina Serra, *Falências Derivadas e Âmbito Subjectivo da Falência*, 1999, Coimbra Editora, Coimbra;

Comentários:

Nuno Salazar Casanova/David Sequeira Martins, *O Processo Especial de Revitalização*, 2014, Coimbra Editora, Coimbra;
Luís Carvalho Fernandes/João Labareda, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2013, 2.ª ed., Quid Juris, Lisboa;
Luís Menezes Leitão, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2015, 8.ª ed., Almedina, Coimbra;
Ana Prata/Jorge Morais Carvalho/Rui Simões, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Almedina, Coimbra;

Bibliografia estrangeira:

Eberhard Braun (Coord.), *Insolvenzordnung Kommentar*, 2014, 6.ª ed., Beck, München;